

GOETHE, ADVOGADO

por João Gualberto de Oliveira

Do Instituto dos Advogados de São Paulo

De modo geral, temo-nos ocupado sempre de advogados militantes. Neste estudo, porém, desejamos abrir uma excepção a fim de pôr em evidência uma figura exponencial das de maior projecção nas belas-lettras universais, mas que, a despeito disso, embora diplomado em Direito, nenhum pendor sentia para a profissão de jurista, e que, segundo parece, não chegou por esse motivo a se aprofundar na ciência do Direito: queremos referir-nos a Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), abreviadamente conhecido por Goethe, poeta dos maiores que o mundo já produziu, escritor, pintor, mas pouco conhecido como jurista profissional. Aliás, os estudiosos do assunto podem encontrar farta documentação desta particularidade de sua vida nas cartas de próprio punho e nas alusões não poucas que fez sobre a mesma, todas enfeixadas em o livro *Poesia e Verdade*, de sua autoria.

Além de Goethe, registram também o facto os seguintes estudos a seu respeito: os manuscritos de G. L. Kriegk, historiador germânico do século XVIII, publicados em Leipzig, em 1874; *Notas sobre o jovem Goethe*, de Scherer, escritas de 1880 a 1883; *Goethe, Advogado*, de A. Wieruszowski, publicado em Colônia, em 1909; *Goethe em Wetzlar*, de Max Morris, publicado em Leipzig, de 1910 a 1912 (3.º volume), contendo as cartas manuscritas mais interessantes e as petições por ele

ajuizadas, no exercício da profissão de advogado, e *Manual de Goethe*, de Julius Zeitler, publicado em Estugarda, em 1917. Ainda agora, em 1963, após todo esse abundante manancial de informes já dado à estampa, anunciou-se novo trabalho acerca de vida e obra do notável alemão, como advogado, em cinco volumes, sob o título *O jovem Goethe*, de autoria de Hanna Fischer Lamberg.

Ao que rezam as crônicas, foi apenas para satisfazer aos desejos do pai que Goethe cursou em 1765 a Universidade de Leipzig, fingindo dedicar-se ali ao estudo da ciência do Direito. Nessa casa de ensino superior assistia às preleções didáticas sem nenhum interesse, motivo por que um do lentes, o Prof. Boehme, chegou até a sugerir-lhe que renunciasse à carreira jurídica. Goethe, contudo, obediente e submisso à decisão paterna, pôs delado o alvitre do mestre e permaneceu no curso. Ao fim do primeiro semestre, porém, ei-lo a criticar acerba e abertamente a Universidade, qualificando-a «de acaanhado saber e de conhecimentos medíocres». Em Agosto de 1768, sentindo-se doente, retornou ao lar, mais ou menos «in albis» nos seus estudos, isto é, sem se haver abeberado de quaisquer dos ensinamentos que lhe haviam sido ministrados. Tempos depois, com a saúde refeita, seu pai, fiel ao velho propósito, escolheu a Universidade de Estrasburgo para a continuidade dos estudos do rapaz, e, com esse fim, para ali o despachou em Abril de 1770, mas onde também nada ou pouco ele aprendeu. Diante da sua manifesta displicência em relação à matéria, contratou-se um professor universitário para lhe dar aulas particulares, graças às quais conseguiu assimilar certas noções práticas do Direito vigente. Diga-se de passagem que nessa Universidade se atribuía, ao tempo, mais valor ao ensino prático do que pròpriamente ao histórico e filosófico da disciplina. A seguir, no fim do semestre do verão de 1770 prestou Goethe exame na Faculdade de Direito local, ficando «ipso facto» desobrigado das aulas universitárias, por ele sempre tidas como enfadonhas. Uns dez meses depois, submeteu-se aos exames para o «doutoramento», pretendendo, com as noções

hauridas para tal fim, iniciar efectivamente a carreira jurídica. Destarte, e já portador do título de «licenciado em Direito», voltou Goethe em Agosto de 1771 a residir em Frankfurt. E logo a seguir, no dia 28 desse mesmo mês e ano, com o auxílio do pai e de um escrevente habilitado, endereçou petição ao Ministério Público da comarca requerendo ingresso na Ordem para exercer a profissão. A sua permanência ali, porém, como advogado militante, foi curta, portanto o pai logo o enviou para a cidade de Wetzlar, a fim de se habilitar, no Tribunal de Justiça local, para a verdadeira carreira jurídica. E, assim, promoveu a sua inscrição em 25 de Maio de 1772, sob o n. 956, como «praticante de advocacia». Contudo, em face das dificuldades e inibições que sempre experimentara quanto à ciência das leis, ei-lo de novo preso de sua velha idiossincrasia à profissão. De resto, esta deficiência o próprio Goethe a deixou estereotipada em seu famigerado livro *Poesia e Verdade*, o que também se confirma no parecer sobre ele emitido por Kestner e transcrito à p. 132 do trabalho *Goethe*, de Engel. E como Goethe não houvesse chegado a manter nenhum contacto profissional com o Tribunal Superior de Justiça, e a Universidade fosse uma entidade à parte, com autonomia própria, tornou-se bem compreensível o facto de não se encontrarem, agora, vestígios ou sequer simples referências da sua passagem pelo aludido Tribunal.

No que tange à capacidade de Goethe como advogado militante, podemos encontrar elementos nas *Notícias literárias de Frankfurt*, do ano de 1772, as quais enumeram vinte e oito autos de casos por ele patrocinados. As respectivas petições acham-se reproduzidas, sem comentários, em volume editado sob a orientação de Kriegk. Dessas, as mais interessantes foram, depois, comentadas por Max Morris, em Frankfurt. Algumas, como a do caso Ruger, de ressonância nacional, constituem objectos de estudos por parte de Joh. Gg. Schlosser, após haver Goethe deixado Frankfurt, no outono de 1773. Outra acção judicial que lhe deu notoriedade foi a proposta em nome do açougueiro Hemmerich contra o fisco local. Esta demanda, iniciada por seu tio Dr.

I. I. Tertor, posteriormente eleito para o Conselho Municipal de Frankfurt, ficou, em consequência do seu impedimento, entregue a ele, Goethe. Na verdade, porém, não era muito grande o número de constituintes de Goethe. Após a sua saída de Wetzlar as causas de que era patrono ficaram aos cuidados do advogado Engelbach, e, mais tarde, do advogado Ziegler. Aliás, os judeus de Frankfurt e redondezas tinham particular simpatia por Goethe, e daí a razão pela qual grande parte de sua clientela era constituída por semitas.

O seu renome, porém, como advogado, firmou-se ao defender ele, entre 1774 e 1775, as reivindicações da mulher de um corretor de nome Nathan Aaron Wetzlar, por ter ela os seus bens pessoais embargados em virtude da vida corrupta do marido. Nessa lide, o Tribunal Superior Imperial aceitou como boas as provas de que Nathan tinha de facto procedimento pouco louvável, e deu ganho de causa à cliente de Goethe. Este, desde o início do processo, soube manter inalterada a rigidez das formalidades processualistas. Embora, porém, não dispusesse de conhecimentos jurídicos suficientes para alicerçar suas razões, supria essa deficiência com o brilho de sua retórica e fazia nos autos «exposição clara e perfeita, graças à sua vibrante dialéctica». Assim, embora fugindo muitas vezes à boa hermenêutica das leis, conseguia, com perspicácia e malabarismo espiritual, dar certa consistência aos seus raciocínios, despertando dessa forma a seu favor, como profissional, a atenção benévola dos julgadores.

Todavia, sempre empolgado por sua ânsia de produção literária, Goethe continuava fazendo versos, com o brilho e a fecunda imaginação de que era dotado. Isso lhe trouxe popularidade e louvores, tornando-se «festejado por nacionais como uma das suas glórias e saudado por estrangeiros como um consumado sabedor».

Ao que se sabe, Goethe possuía também natural vocação para a pintura, contando como seu maior amigo Karl Ludwig Kaaz (1776-1810), paisagista conhecido e que, por seu turno, desfrutava igualmente da amizade do grande Schiller. Goethe

viu os primeiros quadros de Kaaz em 1800, numa exposição artística realizada em Leipzig, após o que fez, por escrito, elogiosas referências aos seus trabalhos. Em 1807, por acaso, encontraram-se os dois na estância de águas termais de Karlsbad e estabeleceram relações de amizade. Mais tarde, em Maio de 1809, foram ambos hóspedes da célebre casa de artistas de Frauenplan, em Frankfurt. E tempos depois, em Weimar, capital da Turíngia, vieram a encontrar-se novamente na «Vila Borghese». Foi aí que Goethe, ao abraçar o amigo, teve ensejo de dizer-lhe: «Cada vez que o vejo, tenho a impressão de receber de você um pouco do abençoado *far niente* do céu artístico de Roma!».

Em 1782, o príncipe da poesia germânica, pelos seus méritos pessoais, viu-se integrado à nobreza com o tradicional «von» acrescido ao nome.